



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 05/12/2018



Prefeitura é premiada em campanha nacional de redução de risco de desastres pelo Defesa Civil nas Escolas

Cemaden vai entregar um pluviômetro semiautomático e um kit educativo para serem usados dentro da política pública

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) vai premiar a prefeitura pela inserção dos temas Defesa Civil e Educação Ambiental nas escolas da rede municipal de ensino. A instituição vai entregar um pluviômetro semiautomático e um kit educativo para serem usados dentro da política pública, inédita no país. A contemplação acontece dentro da campanha nacional #EducarParaPrevenir, criada pelo Cemaden para as melhores atividades do país focadas em ERRD – Educação em Redução de Riscos de Desastres.

"É o reconhecimento nacional de uma medida a longo prazo, mas que vai trazer diversos benefícios para o futuro da nossa cidade", afirma o prefeito Bernardo Rossi, lembrando que no dia 28 de novembro a prefeitura lançou a versão atualizada do Plano Verão municipal, buscando minimizar os efeitos das mudanças climáticas que aumentam os índices pluviométricos durante a estação.

"O projeto contempla diversas ações de conscientização nas comunidades e nas escolas, além do plantão permanente dos órgãos de resposta, como a Defesa Civil, CPTrans, Comdep e Corpo de Bombeiros. Além disso, também temos o trabalho do eixo operacional, com os programas SOS Chuvas e o Rio Limpo", completa o prefeito.

A Lei Municipal que insere a Defesa Civil nas escolas é uma iniciativa da prefeitura, sendo a principal aposta da prefeitura na redução do risco de desastres, investindo na educação dos jovens como forma de prevenção. A aplicação em sala de aula é um passo importante no desenvolvimento de uma cultura de resiliência na cidade, com a orientação dos alunos sobre como se comportar em caso de ocorrências.

"A iniciativa vai reforçar todas as ações que trabalham a importância da prevenção não só no ambiente escolar, mas, também na comunidade. Desde o início da gestão do prefeito Bernardo Rossi, estamos trabalhando de forma antecipada, com foco na prevenção aos desastres de origem natural", explica o secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias, coronel Paulo Renato Vaz.

A criação do programa contou com o apoio do Conselho Municipal de Educação (COMED), do Sindicato dos Profissionais de Ensino (SEPE), além de membros das secretarias de Defesa Civil, Educação e Meio Ambiente. Petrópolis é pioneira no país com a lei, que foi sancionada e publicada em Diário Oficial, buscando garantir um futuro mais consciente sobre os riscos de desastres para os petropolitanos.

"Ganhamos o reconhecimento da Organização das Nações Unidas e do Tribunal de Contas do Estado por causa das nossas ações de prevenção aos desastres de origem natural. São indicativos de que estamos no caminho certo na busca por uma cidade mais resiliente", completa o secretário de Defesa Civil.

Sobre o projeto #EducarParaPrevenir

Criado pelo Cemaden, o projeto busca premiar os projetos que tem como foco a prevenção de desastres, se propondo a desenvolver estratégias conjuntas entre o sistema educativo e o de proteção e defesa civil. O projeto utiliza critério pedagógico na construção de conhecimentos e na formulação de planos de contingência junto com as escolas.

FONTE: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/prefeitura-e-premiada-em-campanha-nacional-de-reducao-de-risco-de-desastres-pelo-defesa-civil-nas-escolas-159177>



Recomenda aos Creas que façam gestões necessárias junto aos respectivos órgãos estaduais responsáveis pela elaboração do Plano Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, com vistas ao disposto nesta decisão.

O Plenário do Confea, reunido em Brasília no período de 11 a 13 de dezembro de 2017, apreciando a Deliberação nº 1.510/2017-CEEP, e considerando que a Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Geologia e Minas-CCEGM, por meio da Proposta nº 021/2017-CCEGM, requer ao Confea que recomende aos Creas que façam gestões necessárias junto aos respectivos órgãos estaduais responsáveis pela elaboração do Plano Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, de forma a inseri-los no processo de discussão e construção do referido plano, com destaque, entre outros aspectos atinentes aos profissionais do sistema, à gestão dos riscos ambientais; considerando que o Estatuto da MetrÓpole, Lei Federal nº 13.089, sancionado em 12 de janeiro de 2015, determina que todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras

desenvolvam, nos próximos três anos, seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs); considerando que além dos conteúdos mínimos definidos nesta lei, após sua aprovação, os municípios que integram essas unidades territoriais deverão compatibilizar seus Planos Diretores Municipais às novas regras; considerando que o PDUI, como instrumento legal de planejamento, estabelece diretrizes, projetos e ações para orientar o desenvolvimento urbano e regional, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população metropolitana, como também fixa as bases de atuação conjunta entre estados e municípios; considerando que o Plano deverá contribuir para o ordenamento dos territórios nos vários municípios, especialmente instituir um macrozoneamento que possibilite a organização das diversas áreas de interesse comum à região, e que perpassam vários municípios, a partir da pactuação de diretrizes orientadoras para ocupação do território que, ao se transformar em legislação, garantam o acesso democrático à região metropolitana; considerando que entre as diretrizes estratégicas propostas para o PDUI está a estruturação de uma rede de polos metropolitanos, para melhorar a qualidade de vida em áreas mais distantes dos centros urbanos mais consolidados, fazendo-se necessária, para tanto, a implementação de programas, projetos e ações que promovam ou fortaleçam centros urbanos com concentração diversificada de emprego, comércio, serviços públicos e privados, habitação e equipamentos coletivos, cultura e lazer; considerando que a orientação da ocupação urbana, a intensificação do uso das áreas urbanizadas ociosas, a melhoria na distribuição das atividades no território, a garantia de abastecimento de água para futuras gerações, a promoção de corredores ecológicos para manter a biodiversidade e preservar os mananciais e a garantia de um marco legal construído coletivamente, são diretrizes que nortearão as propostas do plano; considerando, ainda, que o PDUI almeja a promoção da cidadania e da identidade metropolitanas, buscando garantir a toda a população o acesso a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, e assegurar melhoria das condições de vida, além de sensibilizar cidadãos e governantes sobre a relevância da pauta metropolitana no sentido de mobilizar a atuação conjunta de diferentes atores direcionados ao desenvolvimento regional; considerando a pertinência dessa proposta no âmbito do Sistema Confea/Crea; considerando Parecer nº 1.126/2017-GTE; considerando que o conselheiro relator em pedido de vista concordou com o teor da Deliberação nº 1.510/2017-CEEP, **DECIDIU**, por unanimidade: 1) Aprovar a Proposta nº 021/2017-CCEGM. 2) Recomendar aos Creas que façam gestões necessárias junto aos respectivos órgãos estaduais responsáveis pela elaboração do Plano Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, de forma a inseri-los no processo de discussão e construção do referido plano, com destaque, entre outros aspectos atinentes aos profissionais do sistema, à gestão dos riscos ambientais, por meio das seguintes estratégias dentro das regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos: 2.1. Fomento à implantação das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no processo de gestão dos municípios; 2.2. Uniformização dos conceitos e dos critérios de identificação das áreas de riscos ambientais urbanos; 2.3. Mapeamento das áreas com riscos ambientais urbanos e a criação de um banco de dados padronizados, utilizando um sistema de informações metropolitanas; 2.4. Acompanhamento e monitoramento dessas áreas, através da constante atualização dos

dados; 2.5. Elaboração de um Plano Metropolitano de Gestão de Riscos com a formulação de diretrizes e estratégias de ação para a região; 2.6. Estabelecimento de um modelo de governança metropolitana para a gestão de riscos ambientais urbanos, integrado com a governança geral do PDUI. Presidiu a votação o **Vice-Presidente DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES**. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANDRÉ LUIZ SCHURING, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, EDSON ALVES DELGADO, EVANDRO JOSÉ MARTINS, FRANCISCO SOARES DA SILVA, INARE ROBERTO RODRIGUES POETA E SILVA, LUCIANO VALERIO LOPES SOARES, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS LUCIANO CAMOERAS GRACINDO MARQUES, PAULO LAERCIO VIEIRA, RONALD DO MONTE SANTOS e WILIAM ALVES BARBOSA.

FONTE:<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=65032&idTiposEmentas=&Numero=&AnoIni=&AnoFim=&PalavraChave=&buscarem=&vigente=>

thejapantimes

NEWS

Governo elabora medidas de redução de desastre após as enchentes no verão no oeste do Japão

De Jiji

O governo elaborou um esboço planejado de medidas de redução de desastres em resposta a vários grandes desastres naturais neste ano, incluindo medidas para evitar que os aeroportos sejam inundados.

O esboço preliminar inclui os resultados de inspeções de emergência de infraestruturas cruciais que foram realizadas após os desastres, incluindo deslizamentos de terra e terremotos.

As medidas a serem tomadas incluem a proteção das fontes de energia de emergência nos aeroportos contra inundações e o trabalho para aumentar os diques ao longo dos rios considerados particularmente em risco de transbordamento.

O esboço estabelece uma exigência para os governos locais criarem mapas de perigo indicando onde há um risco de deslizamentos de terra, depois que as chuvas torrenciais causaram deslizamentos e inundações em muitos locais no oeste do país em julho.

Há também medidas para prevenir blecautes em grande escala, semelhante ao que aconteceu em Hokkaido após um forte terremoto no início de setembro.

FOME

<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/11/23/national/government-draws-disaster-reduction-measures-summer-floods-across-western-japan/#.XAXcBGhKjIW>



Áreas de proteção ambiental já cobrem 15% da superfície terrestre, diz ONU

Em torno de 15% da superfície continental do planeta Terra está sob medidas de conservação ambiental, o que representa mais de 20 milhões de quilômetros quadrados — ou quase duas vezes a extensão territorial do Canadá. Áreas de proteção também já cobrem mais de 7% dos oceanos — em torno de 27 milhões de km². Os números foram divulgados em novembro pela ONU Meio Ambiente, em pesquisa que avalia o cumprimento de objetivos internacionais sobre biodiversidade.

A nova edição do relatório Planeta Protegido revela um aumento de 0,2% das áreas de proteção continentais e de 3,2% em unidades marinhas desde 2016, quando a última versão do levantamento foi divulgada. A pesquisa consolidada cobre dados até julho de 2018, mas estatísticas mais recentes estão disponíveis numa plataforma online que é atualizada mensalmente, com a inscrição de novas zonas sob esforços de conservação.

Uma das reservas incluídas na análise foi a região do Mar de Ross, considerada a maior área protegida do planeta, com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados. Com o estabelecimento desse perímetro, a pesca foi proibida em aproximadamente 700 mil km² dessa reserva na Antártica. A criação da unidade de conservação tem por objetivo preservar mais de 16 mil espécies, incluindo o Pinguim-de-adélia e a Baleia-Minke-antártica. A faixa territorial é gerida pelos governos da Nova Zelândia e dos Estados Unidos.

Em 2010, países adotaram as Metas de Aichi, um conjunto de compromissos para proteger e promover o uso sustentável da riqueza biológica da natureza. A meta 11 prevê que, até 2020, 17% das terras continentais e 10% das zonas costeiras marinhas de

todo o mundo estejam resguardadas por mecanismos de gestão ambientalmente responsáveis.

Com os atuais números bem próximos do previsto por esse objetivo, as Nações Unidas veem com otimismo o cumprimento da agenda de Aichi. Neville Ash, diretor do Centro Mundial de Monitoramento da Conservação, da ONU Meio Ambiente, afirma que o crescimento contínuo de áreas protegidas “é essencial” para o futuro da biodiversidade.

“Em particular, os grandes aumentos na proteção do ambiente marinho ao longo dos últimos dois anos terá um papel fundamental na restauração da saúde do oceano, e isso se deve a uma forte colaboração entre países, organizações não governamentais e organizações internacionais”, avalia o especialista.

Ash ressalta, porém, que é preciso garantir recursos para as unidades de proteção. Outra importante medida é combater as ameaças que a biodiversidade enfrenta dentro e fora dessas áreas.

Para o diretor do Programa Global de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), uma das brechas nas conquistas rumo à meta 11 é “a necessidade de reconhecer plenamente e apoiar os esforços feitos por povos indígenas e comunidades locais, bem como por atores privados, que conservam áreas críticas”.

Na avaliação de Jonathan Baillie, vice-presidente-executivo e cientista-chefe da Sociedade National Geographic, o progresso tem sido encorajador, “mas se quisermos proteger a vida na Terra, temos que aumentar massivamente a nossa ambição”.

A organização e a IUCN trabalham em parceria com a ONU Meio Ambiente na produção do relatório Planeta Protegido e na manutenção da plataforma online. Com a pesquisa, a Sociedade National Geographic busca celebrar nações que assumem a liderança na defesa de um planeta saudável.

FONTE: <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/press-release/15-terrestrial-and-7-marine-areas-now-protected-world-track-meet>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>